


**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASES TEÓRICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DOCENTES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.022-018>

**Naiara Cristina de Souza Garajau**

Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas  
Instituto Federal de Alagoas  
E-mail: [naiaragarajau5@gmail.com](mailto:naiaragarajau5@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

**Luis Antonio Marques Tavares**

Mestrado profissional em Ensino de Ciências e Matemática  
Universidade de Passo Fundo  
E-mail: [210709@upf.br](mailto:210709@upf.br)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4343964506606619>

**Irinéa Francisca de Oliveira**

Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Educacional, Faculdade Afirmativo  
E-mail: [irinea\\_@hotmail.com](mailto:irinea_@hotmail.com)  
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8723328410484037>

**Suzana Lucinete Brugnoli Andrade Pereira**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University  
E-mail: [suzana.brugnoli@hotmail.com](mailto:suzana.brugnoli@hotmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8821490054512108>

**Vera Mônica Paulo Medeiros**

Mestranda em Educação Especial, Universidade Católica Portuguesa  
E-mail: [verampmedeiros@gmail.com](mailto:verampmedeiros@gmail.com)  
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0228319996067466>

**Marília Trindade Félix de Sousa**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – PROFEI, Universidade Estadual do Maranhão  
E-mail: [marilia.trindade.uema.t5@gmail.com](mailto:marilia.trindade.uema.t5@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8072867249945713>

**Elany Cássia Pereira Miranda Alves**

Letras Literatura e Português  
Universidade Estadual do Maranhão  
E-mail: [elany.alves@discente.ufma.br](mailto:elany.alves@discente.ufma.br)  
E-mail: <https://orcid.org/0009-0005-6778-7754>

**Maria do Livramento da Silva Santos**

Mestranda em Ensino na Educação Básica  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
E-mail: [lilivramento2020@outlook.com](mailto:lilivramento2020@outlook.com)



E-mail: <https://orcid.org/0009-0007-3098-0870>

**Sebastiana Soares de Andrade**

Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional Tecnológica  
IFSERTÃO/ Pernambuco

E-mail: [sebastianasoesdeandrade@gmail.com](mailto:sebastianasoesdeandrade@gmail.com)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/93814976215135>

**Anna Paula de Oliveira do Vale Gonzaga**

Especialista em Educação Especial e Inclusiva  
Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: [annapauladovale@hotmail.com](mailto:annapauladovale@hotmail.com)

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/6523853097218661>

**Leandro Maia Leão**

Graduado em Enfermagem e Pós-graduado *Lato Sensu* em Hemoterapia e Terapia Celular  
Centro Universitário CESMAC

E-mail: [leandro.maia.leao@gmail.com](mailto:leandro.maia.leao@gmail.com)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4285524447816279>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8393-687X>

## RESUMO

A educação inclusiva na educação básica tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, ao reafirmar o direito à educação e a valorização da diversidade no contexto escolar. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar a educação inclusiva na educação básica, considerando suas bases teóricas, as políticas públicas educacionais e as práticas docentes desenvolvidas no contexto escolar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza exploratória-descritiva, realizada no período de novembro a dezembro de 2025, a partir de buscas nas bases da SciELO, Periódicos da CAPES, repositórios institucionais e documentos normativos oficiais. Os resultados evidenciam avanços significativos no arcabouço legal brasileiro, que reafirma a centralidade da escola comum e o direito à escolarização inclusiva. Contudo, a literatura aponta desafios persistentes relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar e à efetivação das políticas públicas no cotidiano das instituições de ensino. No que se refere às práticas pedagógicas, destacam-se os jogos didáticos, as tecnologias educacionais e as tecnologias assistivas como estratégias que favorecem a mediação do conhecimento e a participação dos estudantes, desde que utilizadas de forma planejada e intencional. Portanto, a efetivação da educação inclusiva demanda políticas integradas, investimento contínuo na formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça educacional.

**Palavras-chave:** Diversidade; Equidade educacional; Formação de professores; Justiça educacional; Tecnologias educacionais.



## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva na educação básica tem se afirmado como um princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas, ao reafirmar o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, orientada pelos valores da equidade, da participação e do respeito às diferenças. Essa concepção compreende a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo, deslocando o foco de práticas seletivas para propostas pedagógicas que consideram as singularidades dos sujeitos no contexto escolar (Mantoan, 2003). Assim, a escola passa a ser concebida como um espaço plural, comprometido com a construção de oportunidades educacionais para todos.

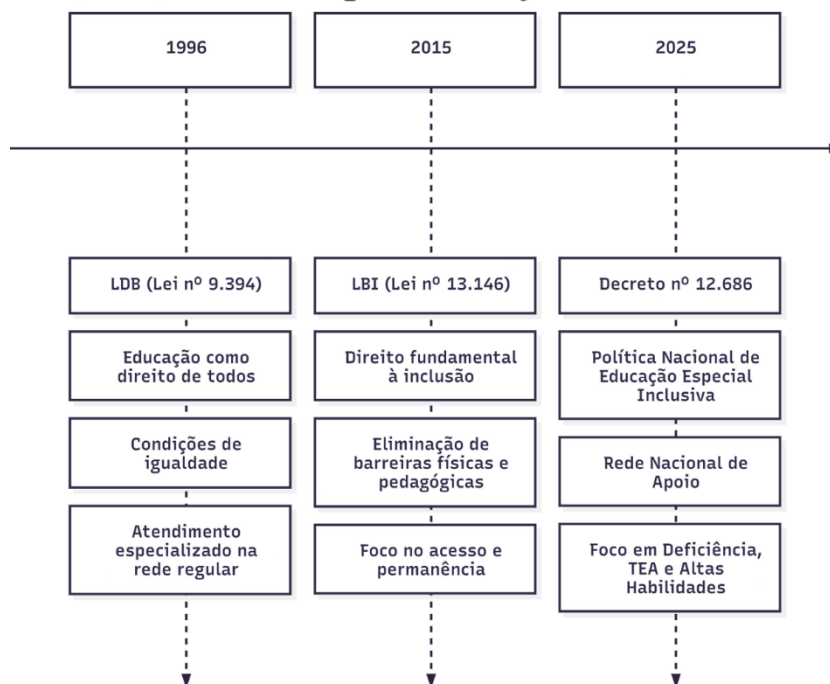
No Brasil, a consolidação da educação inclusiva encontra respaldo em um conjunto de dispositivos legais que orientam a organização dos sistemas de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação é direito de todos e deve ser assegurada em condições de igualdade, prevendo o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Essa orientação legal representa um marco na superação de modelos educacionais segregadores e na promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

A ampliação desse entendimento ocorre com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reafirma a educação inclusiva como direito fundamental e destaca a necessidade de eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes (Brasil, 2015). Esse dispositivo normativo fortalece a perspectiva de uma educação comprometida com a justiça social e com a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Mais recentemente, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, estabelecendo diretrizes voltadas à articulação entre os entes federativos e à ampliação do Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2025). Esse marco normativo reforça a centralidade da escola comum como espaço de escolarização, ao mesmo tempo em que propõe mecanismos de apoio e recursos pedagógicos destinados à promoção da aprendizagem e da permanência de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

A Figura 1 sintetiza cronologicamente esses marcos normativos, destacando as principais diretrizes que fundamentam a educação inclusiva na Educação Básica.

Figura 1. Principais marcos legais da educação inclusiva no Brasil.  
**Os principais Marcos Legais da Educação Inclusiva no Brasil**



Legenda: Representação em *flowchart* das diretrizes da LDB, LBI e do Decreto nº 12.686/2025, evidenciando a transição para uma Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Fonte: Autores (2025).

Apesar dos avanços legais e institucionais, a efetivação da educação inclusiva na educação básica ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar. Questões relacionadas à formação docente, à organização curricular e à adaptação das práticas pedagógicas têm sido apontadas como entraves à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Estudos evidenciam que professores demonstram insegurança diante da diversidade presente em sala de aula, o que revela fragilidades nos processos de formação inicial e continuada voltados para a inclusão (Amorim; Mendes; Macêdo, 2025).

Nesse contexto, as práticas docentes assumem papel central na concretização das políticas educacionais inclusivas. Estratégias pedagógicas que consideram as especificidades dos estudantes e utilizam recursos didáticos diversificados favorecem a participação e a aprendizagem significativa. Pesquisas indicam que o uso de jogos didáticos contribui para a mediação do conhecimento e para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, especialmente em contextos educacionais inclusivos (Almeida; Oliveira; Reis, 2021).

Do ponto de vista teórico e pedagógico, a educação inclusiva exige mudanças na cultura escolar e na organização do trabalho docente. Bertolini (2017) destaca que a construção de práticas inclusivas demanda o comprometimento institucional com a diversidade e a adoção de estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa dos estudantes. Essa compreensão reforça a necessidade de articulação entre políticas públicas, produção científica e práticas escolares para a consolidação de uma educação equitativa.



Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar a educação inclusiva na educação básica, considerando suas bases teóricas, as políticas públicas educacionais e as práticas docentes desenvolvidas no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se discutir os principais referenciais teóricos que fundamentam a educação inclusiva, identificar o marco legal que orienta essa modalidade educacional no Brasil, com destaque para as normativas recentes, e refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão no cotidiano das escolas.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura, realizada no período de novembro a dezembro de 2025, com abordagem qualitativa e natureza exploratória-descritiva. A revisão integrativa foi adotada por possibilitar a reunião, a análise e a síntese de resultados oriundos de diferentes tipos de produções científicas, permitindo uma compreensão ampliada e sistematizada sobre a educação inclusiva na educação básica, suas bases teóricas, políticas públicas e práticas docentes (Whittemore; Knafl, 2005).

### 2.1 PROCEDIMENTOS DE BUSCA

As buscas foram orientadas pela seguinte questão investigativa: “De que maneira as bases teóricas, as políticas públicas e as práticas docentes têm contribuído para a efetivação da educação inclusiva na educação básica?”. Para a identificação dos estudos, foram consultadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos CAPES) e repositórios institucionais de universidades brasileiras, além do Diário Oficial da União,

Foram utilizados descritores em português, espanhol e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, a saber: educação inclusiva, educación inclusiva, inclusive education, educação básica, basic education, políticas públicas educacionais, práticas docentes, educação especial inclusiva, jogos didáticos e tecnologias assistivas. As combinações dos descritores possibilitaram a recuperação de estudos alinhados aos objetivos da pesquisa.

#### 2.1.1 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos estudos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis na íntegra, que abordassem explicitamente a educação inclusiva no contexto da educação básica, contemplando aspectos teóricos, normativos ou práticos relacionados à atuação docente e às políticas públicas educacionais. Foram considerados artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e trabalhos publicados em anais de eventos científicos, desde que apresentassem relação direta com o objeto de estudo.



Foram excluídos estudos duplicados, produções que tratavam exclusivamente do ensino superior, trabalhos voltados para contextos corporativos ou clínicos, bem como publicações que abordavam a inclusão escolar de forma superficial ou desvinculada das práticas pedagógicas e das políticas públicas da educação básica.

## 2.2 SELEÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

A busca inicial resultou em 247 publicações. Após a exclusão de duplicatas, permaneceram 189 estudos. A leitura dos títulos e resumos levou à exclusão de 131 produções que não atendiam aos critérios estabelecidos. Dos 58 estudos selecionados para leitura na íntegra, 21 publicações atenderam integralmente aos critérios de elegibilidade e compuseram a amostra final desta revisão integrativa.

Os estudos analisados englobaram artigos de periódicos nacionais e internacionais, produções acadêmicas e documentos normativos, contemplando diferentes abordagens teóricas e experiências relacionadas à educação inclusiva, às práticas docentes, ao uso de jogos didáticos, às tecnologias assistivas e à implementação de políticas públicas no contexto da educação básica.

## 2.3 ANÁLISE DOS ESTUDOS

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, na modalidade temática, conforme a proposta de Bardin (2016). Inicialmente, procedeu-se à leitura flutuante dos estudos selecionados, com o objetivo de promover a familiarização com o material e a identificação das principais ideias relacionadas ao objeto da pesquisa.

Posteriormente, os trechos mais relevantes foram codificados e organizados em núcleos de sentido, considerando aspectos vinculados às bases teóricas da educação inclusiva, às políticas públicas educacionais e às práticas docentes. Esses núcleos foram, então, agrupados em categorias temáticas mais amplas, possibilitando a construção de uma síntese interpretativa acerca dos avanços, desafios e potencialidades da educação inclusiva na educação básica, conforme evidenciado pela literatura analisada.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados vinte e um artigos que evidenciam que a educação inclusiva na educação básica tem sido progressivamente consolidada como um princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, fundamentado na garantia do direito à educação e no reconhecimento da diversidade como dimensão constitutiva do processo formativo (Bertolini, 2017). Há um consenso na compreensão de que a inclusão não como ação compensatória, mas como reorganização intencional dos sistemas educacionais, deslocando o foco das limitações individuais para as barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais presentes no contexto escolar (Narciso *et al.*, 2024).



No âmbito das políticas públicas, observa-se a ampliação do arcabouço normativo voltado à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial na rede regular de ensino, com ênfase na educação básica (Pletsch; Mendes, 2024). Todavia, os resultados indicam que a materialização dessas políticas permanece condicionada a desafios recorrentes, como a insuficiência de recursos pedagógicos, a precarização da infraestrutura escolar e a fragilidade dos processos de formação continuada docente, fatores que limitam a efetividade das ações inclusivas (Silva; Santos, 2022). Destaca-se a relevância do suporte familiar e da atuação do profissional de apoio escolar como elementos que favorecem a permanência, o desenvolvimento acadêmico e a participação social dos estudantes com deficiência (Silva; Souza, 2016).

Referente às práticas pedagógicas, os estudos apontam que os jogos didáticos têm sido amplamente utilizados como estratégias metodológicas capazes de promover o engajamento discente e de favorecer processos de mediação pedagógica em contextos inclusivos (Almeida; Oliveira; Reis, 2021). Esses recursos são compreendidos como instrumentos que possibilitam a flexibilização curricular, ao articular ludicidade, interação social e construção significativa do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes (Cardoso, 2019). Além disso, os jogos didáticos favorecem abordagens pedagógicas mais dinâmicas e contextualizadas, ampliando as possibilidades de compreensão dos conteúdos curriculares (Ferreira; Almeida, 2017).

No ensino de Ciências, os resultados indicam que a utilização de jogos didáticos contribui para a construção de conceitos científicos ao estimular a participação ativa dos alunos e a aprendizagem colaborativa (Gonzaga *et al.*, 2017). Experiências desenvolvidas no ensino médio demonstram que esses recursos favorecem a assimilação de conteúdos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais acessível e significativo (Santos *et al.*, 2020). Resultados semelhantes são observados no ensino fundamental, especialmente na aprendizagem de conteúdos relacionados aos animais vertebrados (Santos; Cruz, 2017). No ensino de Biologia, os jogos didáticos mostram-se eficazes na abordagem de conteúdos conceitualmente complexos, como genética, ao favorecerem a compreensão e a participação dos estudantes (Mendes, 2021). No ensino de Geografia, esses recursos têm sido utilizados como estratégia para diversificar metodologias e ampliar o engajamento discente (Oliveira, 2018).

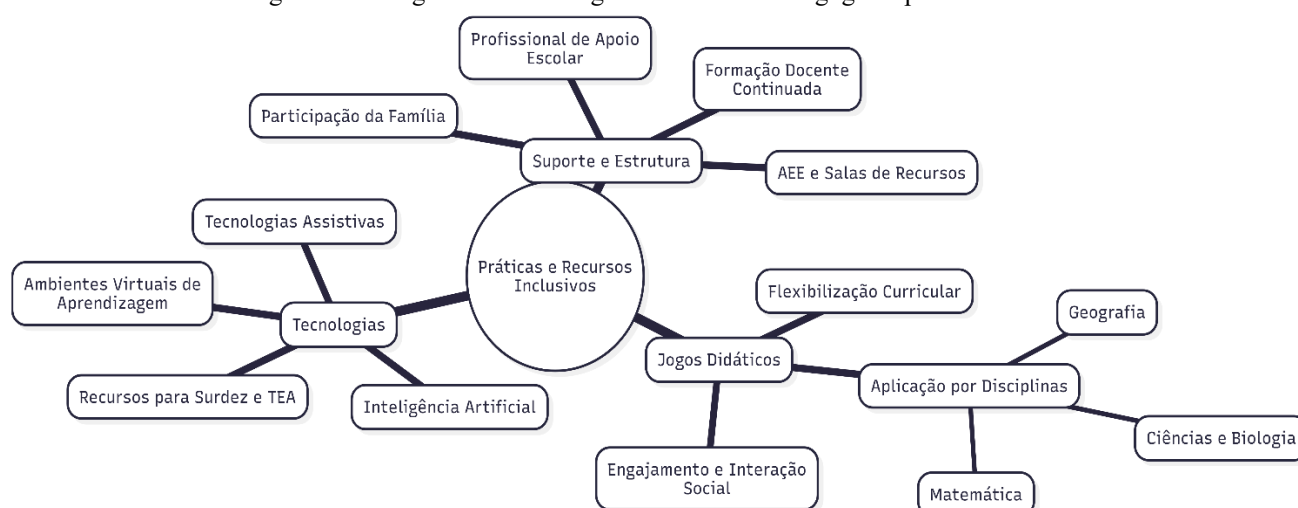
Os estudos também evidenciam a importância dos recursos didáticos especializados no processo de inclusão de alunos surdos, sobretudo no contexto das salas de recursos multifuncionais, nas quais esses materiais contribuem para o acesso ao currículo e para a mediação pedagógica (Araújo, 2024). No que diz respeito à formação docente, pesquisas realizadas na Educação Profissional e Tecnológica indicam que, embora os professores reconheçam a relevância da educação inclusiva, ainda enfrentam dificuldades para operacionalizar práticas pedagógicas inclusivas de forma sistemática (Amorim; Mendes; Macêdo, 2025).

Por fim, a literatura analisada aponta crescimento expressivo do uso de tecnologias educacionais e assistivas como suporte às práticas inclusivas, ampliando as possibilidades de acessibilidade e participação dos estudantes no currículo escolar (Castellano-Beltrán; Moriña; Carballo, 2024).

Ambientes virtuais e tecnologias móveis são destacados como estratégias que favorecem processos de inclusão educacional e social (Read, 2020). Estudos recentes indicam que as tecnologias assistivas aplicadas ao ensino de Matemática contribuem para a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos anos iniciais do ensino fundamental (Oliveira; Lopes; Oliveira, 2025). Além de mostrar que a diversidade de tecnologias educacionais inclusivas tem potencial para reduzir barreiras educacionais (Navas-Bonilla et al., 2025). Nesse contexto, as tecnologias baseadas em inteligência artificial emergem como recursos promissores para a personalização do ensino e o fortalecimento das práticas inclusivas (Kooli; Chakraoui, 2025).

Para melhor visualização dessa estrutura, a Figura 2 apresenta um fluxograma dos principais recursos e práticas docentes identificados na literatura analisada.

Figura 2. Fluxograma de Estratégias e Recursos Pedagógicos para a Inclusão.



Legenda: Organização das frentes de atuação docente e recursos didáticos identificados na revisão, divididos entre ferramentas lúdicas, apoio tecnológico e suporte humano/institucional para a mediação do conhecimento. Fonte: Autores (2025).

A análise desses estudos demonstram importantes pontos de convergência no campo da educação inclusiva na educação básica. De modo geral, os estudos convergem ao reconhecer a inclusão como um princípio estruturante da organização escolar, que ultrapassa a lógica da integração física dos estudantes e exige a reorganização das práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas, em consonância com a valorização da diversidade e a garantia do direito à educação (Bertolini, 2017). Há consenso quanto à compreensão de que as barreiras à aprendizagem não residem exclusivamente nos sujeitos, mas nas condições institucionais e pedagógicas oferecidas pelas escolas (Narciso et al., 2024).



Outro ponto de convergência refere-se ao reconhecimento dos avanços normativos no campo das políticas públicas educacionais voltadas à inclusão escolar. A literatura analisada concorda que o arcabouço legal brasileiro representa uma conquista significativa no que se refere ao acesso e à permanência dos estudantes público-alvo da educação especial na educação básica (Pletsch; Mendes, 2024). Ademais, os estudos convergem ao apontar a formação docente como elemento central para a efetivação da educação inclusiva, destacando que a ausência de preparo teórico-metodológico compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas (Silva; Santos, 2022).

No que se refere às práticas pedagógicas, observa-se convergência quanto ao potencial dos jogos didáticos como estratégias favorecedoras da aprendizagem significativa e da participação ativa dos estudantes em contextos inclusivos. A literatura reconhece que esses recursos contribuem para a flexibilização curricular e para a mediação do conhecimento, sobretudo quando utilizados de forma planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos (Almeida; Oliveira; Reis, 2021). Também há consenso de que as tecnologias educacionais e assistivas ampliam as possibilidades de acessibilidade ao currículo e de personalização do ensino, configurando-se como importantes aliadas da educação inclusiva (Castellano-Beltrán; Moriña; Carballo, 2024).

Apesar desses consensos, a literatura também revela pontos de divergência que merecem destaque. Um deles refere-se à efetividade das políticas públicas no cotidiano escolar. Enquanto alguns estudos enfatizam os avanços institucionais decorrentes da normatização legal, outros problematizam a distância entre a legislação e sua operacionalização, apontando fragilidades estruturais e organizacionais que limitam a consolidação da inclusão escolar (Pletsch; Mendes, 2024).

Outra divergência diz respeito à utilização dos jogos didáticos e das tecnologias educacionais. Parte dos estudos destaca o potencial transformador desses recursos quando integrados a práticas pedagógicas intencionais e contextualizadas, enquanto outros alertam para o risco de abordagens superficiais ou instrumentalizadas, que reduzem esses recursos a estratégias pontuais, sem impacto estrutural no processo de ensino-aprendizagem (Cardoso, 2019; Read, 2020).

No campo das tecnologias assistivas, especialmente aquelas baseadas em inteligência artificial, observa-se divergência quanto ao seu alcance e às condições de implementação. Enquanto alguns estudos ressaltam seu potencial para ampliar a autonomia dos estudantes e personalizar o ensino, outros enfatizam a necessidade de políticas públicas que garantam formação docente, infraestrutura adequada e equidade no acesso, sob o risco de aprofundamento das desigualdades educacionais (Kooli; Chakraoui, 2025).

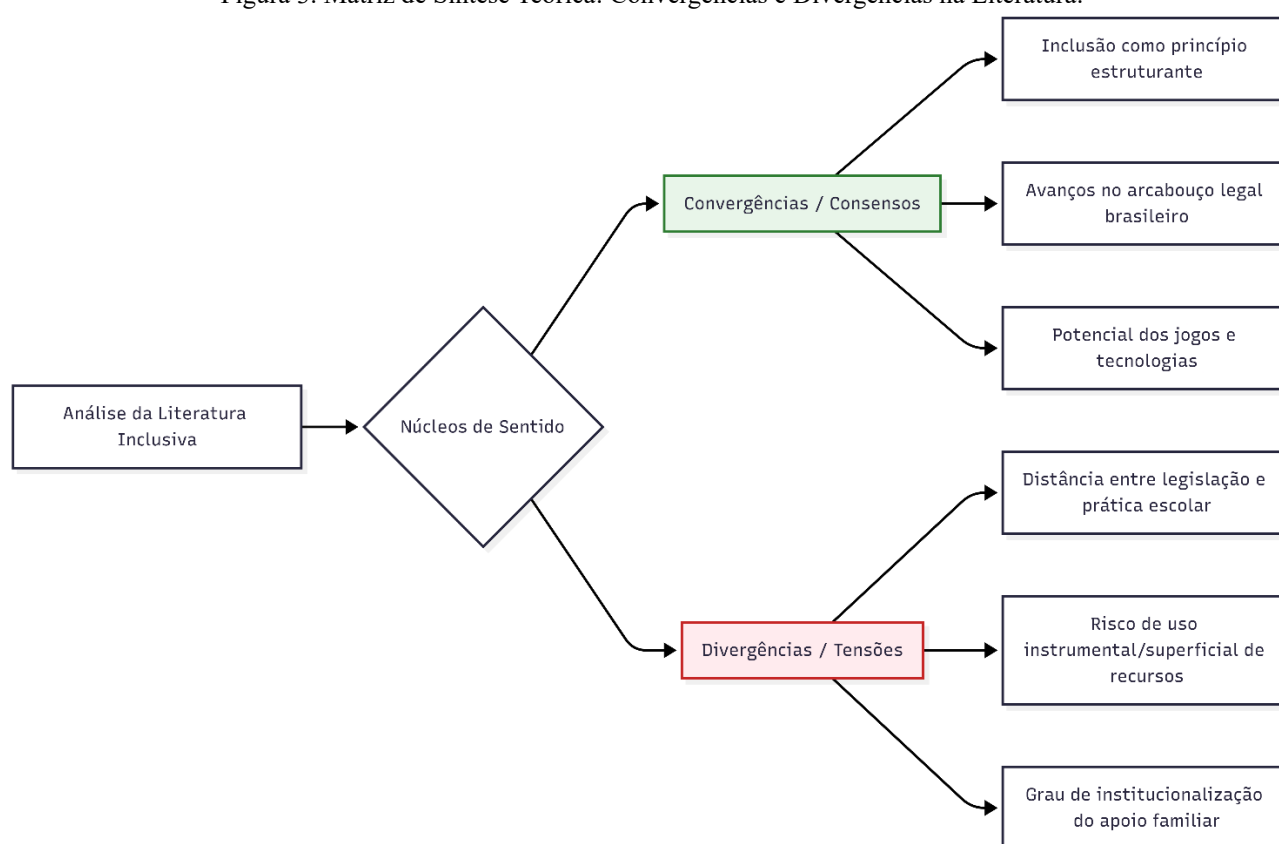
Por fim, embora haja consenso quanto à importância do envolvimento da família e do profissional de apoio escolar no processo de inclusão, os estudos divergem quanto ao grau de institucionalização dessas parcerias. Enquanto parte da literatura aponta experiências exitosas baseadas na articulação entre escola,

família e profissionais especializados, outros trabalhos evidenciam a fragilidade dessas relações e a ausência de ações sistemáticas que sustentem a inclusão de forma contínua (Silva; Souza, 2016).

Dessa forma, a discussão evidencia que a educação inclusiva na educação básica é marcada por avanços conceituais e normativos, mas também por tensões e desafios que exigem políticas integradas, formação docente consistente e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça educacional.

A Figura 3 sistematiza esses pontos de convergência e divergência, oferecendo um balanço crítico sobre o estado atual da educação inclusiva na educação básica.

Figura 3. Matriz de Síntese Teórica: Convergências e Divergências na Literatura.



Legenda: Representação esquemática dos principais pontos de consenso e de debate identificados na revisão integrativa sobre a efetivação da educação inclusiva na Educação Básica. Fonte: Autores (2025).

## 4 CONCLUSÃO

A educação inclusiva na educação básica afirma-se, como um eixo estruturante das políticas educacionais contemporâneas e como condição indispensável para a garantia do direito à educação em uma perspectiva equitativa. Ao reconhecer a diversidade humana como constitutiva do processo educativo, a inclusão desloca o foco das limitações individuais para a superação das barreiras pedagógicas, institucionais e atitudinais presentes no cotidiano escolar, este estudo teve como intuito foi analisar a educação inclusiva na educação básica a partir de suas bases teóricas, das políticas públicas educacionais e das práticas



docentes, torna-se possível afirmar que a inclusão tem se consolidado, no plano conceitual e normativo, como um princípio fundamental para a garantia do direito à educação e para a construção de sistemas educacionais mais equitativos. A revisão integrativa da literatura evidenciou que a educação inclusiva ultrapassa a lógica da inserção física dos estudantes no espaço escolar, exigindo transformações estruturais nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na cultura institucional das escolas.

Os estudos analisados demonstram que o arcabouço legal brasileiro representa um avanço significativo na promoção da educação inclusiva, ao reafirmar a centralidade da escola comum e ao estabelecer diretrizes voltadas à eliminação de barreiras que comprometem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Ainda assim, a literatura revela que a materialização dessas políticas no cotidiano escolar permanece condicionada a desafios recorrentes, especialmente aqueles relacionados à insuficiência de recursos pedagógicos, às limitações da infraestrutura e às fragilidades nos processos de formação inicial e continuada de professores.

No que se refere às práticas docentes, os achados indicam que estratégias pedagógicas diversificadas, como o uso de jogos didáticos, tecnologias educacionais e tecnologias assistivas, apresentam potencial para favorecer a mediação do conhecimento e ampliar a participação dos estudantes em contextos inclusivos. Quando empregadas de forma intencional e articuladas aos objetivos pedagógicos, essas estratégias contribuem para a flexibilização curricular e para a construção de aprendizagens significativas. Contudo, os estudos também alertam para o risco de práticas pontuais e desarticuladas, que tendem a esvaziar o sentido pedagógico desses recursos.

A análise evidencia, ainda, que a formação docente constitui um eixo central para a efetivação da educação inclusiva na educação básica. A ausência de preparo teórico-metodológico adequado limita a capacidade dos professores de responder à diversidade presente em sala de aula, reforçando a necessidade de políticas públicas que invistam de forma contínua na qualificação profissional e no suporte institucional às escolas.

Como contribuição, este estudo apresenta uma síntese crítica da produção científica recente sobre educação inclusiva na educação básica, ao articular fundamentos teóricos, políticas públicas e práticas docentes, evidenciando avanços, tensões e desafios que atravessam esse campo. Ademais, a revisão realizada aponta lacunas relevantes, sobretudo no que diz respeito à implementação das políticas inclusivas no cotidiano escolar, ao acesso equitativo às tecnologias educacionais e assistivas e às implicações pedagógicas, éticas e sociais do uso de tecnologias emergentes, como aquelas baseadas em inteligência artificial.

Diante disso, reafirma-se que a consolidação da educação inclusiva na educação básica demanda o fortalecimento de políticas integradas, o investimento consistente na formação docente e o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça educacional. Trata-se de um processo



contínuo, que exige o engajamento coletivo dos diferentes atores educacionais e o compromisso com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de assegurar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. S.; OLIVEIRA, P. B. de; REIS, D. A. dos. A importância dos jogos didáticos no processo de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e41210414309, 2021.
- AMORIM, L. B.; MENDES, F.; MACÊDO, A. A. M. Percepção de professores de Biologia da Educação Profissional e Tecnológica sobre a Educação Inclusiva. **Ciência & Educação, Bauru**, v. 31, e25016, 2025.
- ARAÚJO, A. C. P. Os recursos didáticos nas salas de recursos para inclusão de alunos surdos na escola. **Revista Foco**, v. 17, n. 11, p. 1–25, 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTOLINI, F. Educação inclusiva: práticas e desafios contemporâneos. São Paulo: **Editora Inclusão**, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025.
- CARDOSO, L. F. Jogos e inclusão: práticas pedagógicas para o desenvolvimento de alunos com deficiência. **Revista de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 47–55, 2019.
- CASTELLANO-BELTRÁN, A.; MORIÑA, A.; CARBALLO, R. La tecnología educativa como herramienta inclusiva para los estudiantes con discapacidad: experiencias de profesores universitarios españoles. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e0180, 2024.
- FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, T. M. Jogos didáticos e aprendizagem: uma análise crítica. **Revista de Psicopedagogia**, v. 32, n. 1, p. 89–99, 2017.
- GONZAGA, G. R. *et al.* Jogos didáticos para o ensino de Ciências. **Revista Educação Pública**, v. 17, n. 7, p. 1–12, 2017.
- KOOLI, C.; CHAKRAOUI, R. AI-driven assistive technologies in inclusive education: benefits, challenges, and policy recommendations. **Sustainable Futures**, v. 10, 101042, 2025.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: **Papirus**, 2003.
- MENDES, G. S. **O uso de jogos didáticos no ensino de genética**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2021.
- MENDES, G.; SOUZA, F. Estratégias pedagógicas e inclusão escolar: o uso de jogos didáticos no ensino básico. **Revista de Estudos Pedagógicos**, v. 10, n. 3, p. 101–115, 2017.



NAVAS-BONILLA, C. del R. *et al.* Inclusive education through technology: a systematic review of types, tools and characteristics. **Frontiers in Education**, v. 10, 1527851, 2025.

NARCISO, R. *et al.* Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, 2024.

OLIVEIRA, C. R.; LOPES, C. V.; OLIVEIRA, G. S. de. Tecnologias assistivas aplicadas à educação matemática inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos anos iniciais do ensino fundamental. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 18, 56096, 2025.

OLIVEIRA, T. P. A. **A utilização de jogos por professores de geografia na educação básica. 2018.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Cartografias da educação inclusiva na educação especial: produção científica, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e143i, 2024.

READ, T. Towards a new model for inclusive education based on virtual social inclusion and mobile openness. **World Journal on Educational Technology: Current Issues**, v. 12, n. 1, p. 14–22, 2020.

SANTOS, I. *et al.* Jogos didáticos para o ensino de zoologia no ensino médio: relato de experiência no município de Ingá-PB. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, 2020.

SANTOS, M. R.; CRUZ, L. G. Jogos didáticos no ensino de ciências: uma proposta de aprendizagem sobre os animais vertebrados. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 2, 2017.

SILVA, J. A.; SANTOS, M. R. Capacitação docente e práticas inclusivas na educação básica. **Cadernos Pedagógicos**, v. 5, n. 2, p. 45–63, 2022.

SILVA, P.; SOUZA, F. O papel do suporte familiar e do profissional de apoio escolar na inclusão de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 55–69, 2016.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.